



Diário Oficial

Município de Malta-PB

Instituído pela Lei Municipal n.º 03/74

Segunda-feira, 12 de Agosto de 2019

De 18 de Outubro de 1974.

EDITAL N° 14/2019

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MALTA-PB QUADRÊNIO 2020/2023.

A COORDENADORA DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DO MUNICÍPIO DE MALTA-PB criada pela resolução CMDCA N° 02/2019, de 15 de abril de 2019, no uso das atribuições legais com base na Lei Federal N° 8.069/90 – ECA e na Lei Municipal N° 158/2007, com as alterações dadas pela Lei Municipal N° 309/2015, de 06 de abril de 2015, e observando as determinações da Resolução CMDCA N° 01/2019, de 09 de abril de 2019. Que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar de Malta-PB para o quadriênio 2020/2023, TORNA PÚBLICO O PRESENTE EDITAL para dar publicidade ao gabarito da prova de conhecimento específico.

1. Realizada a avaliação de conhecimento específico, etapa classificatória prevista no inciso III do artigo 18 da Lei Municipal N° 158/2007, com as alterações dadas pela Lei Municipal N° 309/2015, de 06 de abril de 2015, de acordo com a data estabelecida no Calendário Oficial do Processo de Escolha, a Comissão Especial Eleitoral divulga o gabarito da prova de conhecimento específico do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar do Município de Malta-PB.

2. Está automaticamente desclassificado os candidatos abaixo relacionados que não compareceram a avaliação de conhecimento específico:

- Damião Soares de Araújo;
- Patrícia Rodrigues Ferreira.

GABARITO – CARTÃO RESPOSTA	
01-A	08- C
02-A	09- B
03-C	10- D
04-C	11- C
05-A	12- A
06-D	13- B
07-B	14- D

ANEXO – I ORIENTAÇÕES GERAIS

- Abra este caderno de prova somente quando for autorizado.
- Esta é a Avaliação de Conhecimentos Específicos sobre o Conteúdo Previsto no Edital.
- Leia todas as orientações antes de iniciar a prova.
- A duração da Prova será de 4h (quatro horas) – das 08:00h às 12:00h.
- Esta prova contém 14 (quatorze) questões enumeradas, de múltipla escolha, com 04 alternativas para cada uma das questões, sendo cada questão no valor de 0,5 ponto.
- A prova contém 01 (uma) questão aberta com valor de 3,0 pontos. Utilize a folha pautada para a resposta.
- A resposta que, será corrigida, deve estar no Cartão-Resposta– Questão Aberta Dissertativa. E deve conter no mínimo 25 e no máximo 30 linhas (previamente enumeradas).
- A avaliação é individual, sem consulta a qualquer material, livro, texto, etc.

- Os celulares devem ser desligados, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos, sob pena de desclassificação em caso de tocar, vibrar ou despertar, e deverão ser deixados na mesa à frente com o fiscal de prova.
- Não será permitido ao candidato, quando da realização da prova:
- Comunicar-se com outro candidato;
- *Retirar-se do local da prova sem autorização;
- Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo faltar às provas ou, durante sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.
- As questões devem ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Não preencha duas opções para a mesma questão (múltipla escolha). Caso isso ocorra a questão será invalidada;
- Não dobre, não amasse, nem rasure a Folha de Questões
- Ao final da AVALIAÇÃO, devolva a Folha de Questões devidamente preenchida, assinada e conferida. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial da avaliação ou devolvê-la sem assinatura.
- Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros.
- Os três últimos a ficarem na sala, deverão permanecer até que o último tenha terminado e entregue a prova.

Assinatura do/a Candidato/a _____

PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

1. De acordo com as atribuições do Conselho Tutelar previstas no art. 136º do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque alternativa INCORRETA:

- a) **Fiscalizar motéis e bares.**
- b) Requirir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- c) Requirir serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- d) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

2. Conforme a Resolução 170 do CONANDA acerca da função de membro do conselho tutelar em seu Art. 38º dispõe que:

- a) **A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.**
- b) A função de membro do Conselho Tutelar não exige dedicação exclusiva, permitindo o exercício com outra atividade pública.
- c) A função de membro do Conselho Tutelar permite o exercício apenas com outra atividade pública.
- d) A função de membro do Conselho Tutelar permite o exercício com qualquer outra atividade.

3. A Resolução N° 113, de 19 de abril de 2006 em art. 23º aborda acerca dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente que deverão:

- a) Acompanhar ações privadas dos direitos de crianças e adolescentes.
- b) Somente avaliar ações públicas de promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes.
- c) **Acompanhar, avaliar e monitorar as ações públicas de promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes, deliberando previamente a respeito, através de normas, recomendações, orientações.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA - PB

CNPJ: 09.151.861/0001-45

Rua Manoel Marques Fernandes, nº 67, Centro – Malta – PB – CEP: 58.713 – 000.

Fone: 83 3471 1232

E-mail: diariopmm@gmail.com

Diário Oficial do Município de Malta-PB

d) Apenas monitorar ações privadas e públicas dos direitos de crianças e adolescentes.

4. No artigo 18º da Resolução 170 do CONANDA compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 1990 e pela legislação local, nesse sentido marque a alternativa correta

- a) Quando aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será afixado nos CRAS e CREAS.
- b) Depois de aprovado o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado e afixado nos estabelecimentos comerciais.
- c) **Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.**
- d) O Regimento Interno do Conselho Tutelar será apenas publicado.

5. De acordo com o artigo 16º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito à liberdade compreende alguns dos seguintes aspectos. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) **Brincar, excluindo praticar esportes.**
- b) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- c) Opinião e expressão.
- d) Participar da vida política, na forma da lei.

6. Segundo o art. 53º do Estatuto da Criança e do Adolescente. “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:” Marque a opção INCORRETA.

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- c) Direito de organização e participação em entidades estudantis.
- d) **Ser desrespeitado por seus educadores.**

7. Assinale a opção INCORRETA. No ECA, artigo 54º diz que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”:

- a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) **Deixar de ofertar ensino de qualidade a criança e ao adolescente, privando-o da educação.**
- c) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- d) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

8. Verificada a prática de ato infracional, de acordo com o artigo 112º do ECA, a autoridade competente (juiz) poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas. Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Advertência.
- b) Liberdade assistida.
- c) **Pena Privativa de liberdade em regime fechado em meio a adultos.**
- d) Internação em estabelecimento educacional.

9. Ao tratar do direito da criança e do adolescente à educação, o ECA, em seu artigo 56º, determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de alunos:

- a) Dificuldade de aprendizagem
- b) **Maus tratos envolvendo seus alunos.**
- c) Problemas de saúde
- d) Dificuldade de interação com os colegas.

10. O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/1990, 13 de julho de 1990, em seu artigo 23º acerca do poder familiar diz que:

- a) A falta de recursos materiais constitui motivo para a perda do poder familiar.
- b) Não há motivos para perda ou a suspensão do poder familiar
- c) O poder familiar pode ser suspenso a qualquer tempo
- d) **A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.**

11. Com relação ao processo de Adoção previsto no artigo 42º do ECA - Lei 8.069/1990, 13 de julho de 1990, podem adotar:

- a) Os maiores de 15 (quinze) anos, independentemente do estado civil.
- b) Os maiores de 14 (quatorze) anos, independentemente do estado civil.
- c) **Os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.**
- d) Os maiores de 16 (dezesesseis) anos, independentemente do estado civil.

12. De acordo com A Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, quando ocorrerá a posse dos conselheiros tutelares:

- a) **10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.**

- b) 01 de março do ano subsequente ao processo de escolha.
- c) 15 fevereiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- d) 20 dezembro do ano que ocorrerá a eleição

13. De acordo com o ECA - Lei 8.069/1990, 13 de julho de 1990, artigo 8º § 6º. A gestante e a parturiente têm direito:

- a) A nenhum acompanhante durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- b) **A 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.**
- c) A nenhum acompanhante durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- d) A 3 (três) acompanhantes de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- e) A 4 (quatro) acompanhantes de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

14. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 60º, diz que o trabalho de adolescentes é proibido:

- a) sem a autorização dos pais.
- b) a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- c) a menores de quinze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- d) **a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.**

QUESTÃO ABERTA

Um casal vive junto há quinze anos. Desde que foram morar debaixo do mesmo teto, em uma pequena cidade do interior, a vida dos dois não tem sido muito fácil. O homem bebe cachaça diariamente, faz apenas alguns “bicos”, pois já não há muito o que fazer na cidade. Quando está bêbado, grita com os filhos e descontrolado bate na esposa com cipó, dá murros e pontapés. Os filhos presenciam tudo e apanham quando não se escondem debaixo da cama. A mulher tem medo do marido, pois, ele a ameaça de morte.

Ao receber a denúncia sobre essa situação, descreva a sua atuação, enquanto, conselheiro/a tutelar, considerando:

As atribuições do Conselho Tutelar que devem ser executadas nesse contexto. Os serviços da rede de proteção que podem ser acionados pelo Conselho Tutelar.

Malta-PB, 12 de agosto de 2019.

Vanessa Kelly Marques Felix
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral de Malta-PB